

HABEAS CORPUS Nº 537.687 - MA (2019/0299174-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MARCUS VINICIUS QUEIROZ NEIVA
ADVOGADO : MARCUS VINICIUS QUEIROZ NEIVA - MA011379
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : A E F DA C (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

ANTONIO ELIÉZIO FERREIRA DA CUNHA alega sofrer constrangimento ilegal diante de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**, que indeferiu a liminar no HC n. 0808935-79.2019.8.10.0000.

Nesta Corte, a defesa sustenta a ausência de fundamentação idônea para decretar a prisão preventiva do réu, sobretudo em razão de irregularidades ocorridas durante o inquérito policial, assim resumidas (fls. 9-10, destaques no original):

[...]

3. Que as declarações da vítima em sede policial FORAM TOMADAS AO ARREPIO DA LEI, pois somente há nos autos a informação de que as "intérpretes" são especialistas em LIBRAS, mas sequer foi juntado qualquer documento que viesse a atestar a qualificação das "profissionais".

4. **FATO ATÉ MAIS GRAVE, são que tais declarações foram tomadas sem que estas "intérpretes" firmassem o compromisso de falar a verdade, violando assim flagrantemente as normas do art. 192, do Código de Processo Penal.**

5. não há nos autos prova material de qualquer agressão física ou mesmo de que a vítima tivesse sido estuprada.

6. Os deficientes físicos não são incapazes tão somente em virtude da deficiência. O cego e o surdo-mudo, por exemplo, são pessoas capazes.

7. Não há nos autos nenhum documento que comprove ser a vítima deficiente mental, ou mesmo qualquer prova que leve a crer, sem sombras de dúvidas, de que esta não pudesse oferecer resistência no momento de em que viesse a sofrer agressões de quem quer que seja.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia provisória ou a sua substituição por cautelares diversas.

Decido.

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical, a manifesta violação ilegal do direito à liberdade do paciente, o que, na espécie, não verifico.**

Ao indeferir o pedido liminar, o Desembargador plantonista considerou que os elementos constantes dos autos não evidenciavam, de plano, as ilegalidades suscitadas pela defesa. Confira-se (fls. 21-22, grifei):

No caso vertente, não verifico a presença dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* para a concessão da liminar pleiteada, conforme se demonstra a seguir.

Consta nos autos de origem que no dia 17/08/2019, por volta de 11:00 horas, o ora paciente **constrangeu, mediante violência e grave ameaça, o Sr. Antônio Marcos Dias Nunes – surdo-mudo, com deficiência visual e dificuldade de locomoção – a praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal.**

Da leitura minuciosa da documentação acostada ao presente *writ*, em cotejo com a argumentação do impetrante, observo que **o decreto de prisão preventiva do ora paciente se revestiu das formalidades legais**, razão pela qual inexistente o alegado constrangimento ilegal. Além do mais, verifica-se que a decisão atacada que decreta a prisão preventiva do paciente, não deixa de atender nenhum dos requisitos especificados em lei, pois se encontra devidamente fundamentada na garantia da ordem pública.

Nos fundamentos do *decisum*, restou consignado que:

"A representação de prisão preventiva formulada pelo Delegado de Polícia é bastante detalhada, demonstrando a existência de fortes indícios de

autoria relativamente ao representado.

As informações constantes da representação são ratificadas pelo Boletim de Ocorrência, pelos Termos de Declarações da Vítima e das testemunhas ouvidas, que **contém inclusive a informação do acusado ficar sondando a casa da vítima.**

Há fortes indícios que o representado é o autor dos crimes que ensejaram o pedido em tela.

Resta, evidente, portanto, que a segregação cautelar do representado é **necessária para assegurar a ordem pública, haja vista, a existência de fortes indícios de que mantém conduta delitiva reiterada, conforme demonstrado pelo depoimento da vítima e da testemunha ouvida perante a autoridade policial, segundo a qual a irmã do acusado teria confirmado que não é a primeira vez que o acusado agride fisicamente alguém que suspeita ser homossexual.**" – grifamos

Assim, verifico que o decreto prisional está fundamentado concretamente na presença dos pressupostos legais insculpidos nos artigos 312 e 313 do CPP, em face de indícios suficientes de materialidade e autoria e do necessário resguardo da ordem pública, inexistindo o alegado constrangimento ilegal.

Quanto à aduzida ilegalidade do depoimento da vítima, em razão da não comprovação da qualificação das interpretes de libras, como bem destacado pelo juiz de piso, a lei processual não exige a presença de intérprete oficial no depoimento ou interrogatório de surdo-mudo, mas tão somente pessoa habilitada a entendê-la.

Em relação à ausência do exame de corpo de delito, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "embora o exame de corpo de delito se afigure útil para comprovar a prática de crimes sexuais, **são indícios suficientes para a deflagração da persecução penal a palavra da vítima, crucial em crimes dessa natureza, corroborada por outras provas testemunhais idôneas e harmônicas**" (STJ – HC 287682 SP 2014/0020294-4, Relator: Ministra Laurita Vaz, T5- Quinta Turma, Data de Publicação: DJe 17/06/2014).

De igual modo não verifico ilegalidade na denúncia como afirma o impetrante. Isso porque para o oferecimento da

Superior Tribunal de Justiça

denúncia, o sistema penal brasileiro exige apenas prova da materialidade e indícios de autoria.

Ademais, o trancamento da ação penal por ausência de justa causa exige comprovação, de plano, da atipicidade da conduta, da ocorrência de causa de extinção da punibilidade, da ausência de lastro probatório mínimo de autoria ou de materialidade, o que não se constata na espécie.

Por fim, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes, por si sós, para garantir a revogação da prisão preventiva, se existem elementos concretos e legítimos que demonstram a essencialidade da custódia cautelar.

Em casos semelhantes ao dos autos, confirmam-se os seguintes julgados desta Egrégia Corte de Justiça, *in verbis*:

[...]

Portanto, a considerar que a autoridade apontada coatora é quem está mais próxima dos fatos, e que houve por bem decretar a prisão cautelar, **é de se afastar a ocorrência do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* para a concessão da liminar pleiteada, uma vez que restaram demonstrados, ao menos nesse juízo de cognição sumária, que a decisão de primeiro grau se revestiu dos requisitos reclamados pela lei (art. 312 do CPP).**

Assim, **não se verifica, nesse momento, ilegalidade manifesta ou mácula no *decisum* monocrático**, circunstância que obsta a intervenção imediata e prematura desta Corte Superior de Justiça. Ressalto, todavia, que a análise feita nesta oportunidade **não preclui o exame mais acurado da matéria**, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Em tempo, corrija-se a autuação, tão somente para que conste o nome da recorrente por extenso, tendo em vista que, na espécie, não há motivo legal para a ocultação de sua identidade. O segredo de justiça a que alude o art. 234-B do Código Penal visa à proteção da vítima, o que, no presente caso, não deixará de ocorrer com a publicidade dada ao nome do suposto autor das condutas narradas, como se faz em relação a autores de quaisquer crimes.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

